

SÃO PAULO OBRAS – SPObras



SP Obras

CONSTRUINDO A SÃO PAULO DO FUTURO

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
ANO 2016**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

A Diretoria Executiva da São Paulo Obras – SPObras, em cumprimento às disposições legais e contratuais, submetem à apreciação dos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente - Sacho Auditores Independentes.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs. Administradores e Diretores da SÃO PAULO OBRAS – SPOBRAS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SÃO PAULO OBRAS - SPOBRAS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SÃO PAULO OBRAS - SPOBRAS, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins comparativos, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram o relatório de auditoria, datado de 26 de fevereiro de 2016, com opinião sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.


- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

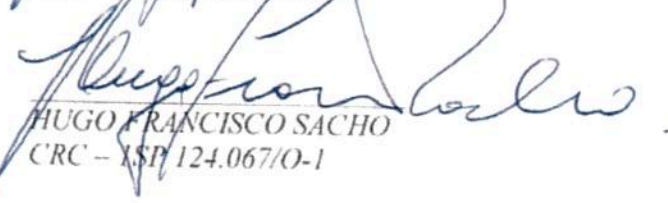
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2017.


SACHO - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC - 289 017.676/O-8


HUGO FRANCISCO SACHO
CRC - 159 124.067/O-1

São Paulo Obras - SPObras

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em reais

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NE	2016	2015		NE	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes	4	30.687.162,44	28.916.173,85	Fornecedores	11	3.852.637,34	8.239.965,93
Clientes	5	11.569.213,88	14.263.531,53	Obrigações fiscais	12	3.498.160,18	3.759.779,70
Outros créditos	6	440.415,31	459.202,56	Obrigações trabalhistas	13	1.759.665,37	1.160.883,62
Despesas antecipadas	7	246.523,84	21.347,65	Outras obrigações	14	45.913,57	5.042.507,29
		<u>42.943.315,47</u>	<u>43.660.255,59</u>	Provisões	15	4.387.017,39	2.281.330,97
				Operações urbanas	16	131.506,92	112.645,55
						<u>13.674.900,77</u>	<u>20.597.113,06</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Investimentos	8	1.151.518,00	1.151.518,00	Capital social	18	9.428.773,00	9.428.773,00
Imobilizado	9	926.079,55	533.416,89	Reserva de Lucros		22.069.738,49	15.490.655,40
Intangível	10	152.499,24	171.350,98			<u>31.498.511,49</u>	<u>24.919.428,40</u>
		<u>2.230.096,79</u>	<u>1.856.285,87</u>				
Total do Ativo		<u>45.173.412,26</u>	<u>45.516.541,46</u>	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>45.173.412,26</u>	<u>45.516.541,46</u>

As notas explicativas (NE) são parte integrante das demonstrações contábeis.

São Paulo Obras - SPObras

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em reais

		<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita Operacional Bruta	Nota 20	47.320.949,04	46.004.201,74
Deduções da Receita Bruta		(4.510.023,67)	(3.387.735,17)
Receita Operacional Líquida		<u>42.810.925,37</u>	<u>42.616.466,57</u>
Custos dos serviços prestados	Nota 21	<u>(21.535.021,20)</u>	<u>(13.107.801,92)</u>
Lucro Bruto		21.275.904,17	29.508.664,65
Despesas gerais e administrativas	Nota 21	(11.893.521,00)	(14.542.305,66)
Receita financeira		3.517.908,24	2.442.171,92
Despesa financeira		(5.043,25)	(32.028,16)
Outras receitas/despesas		(2.005.403,12)	(559.825,03)
Total das Despesas Operacionais		<u>(10.386.059,13)</u>	<u>(12.691.986,93)</u>
(=) Resultado antes do IRPJ/CSLL		<u>10.889.845,04</u>	<u>16.816.677,72</u>
(-) Imposto de Renda		(3.149.696,60)	(4.262.648,49)
(-) Contribuição Social		(1.161.065,35)	(1.570.678,20)
(=) Lucro líquido do exercício		<u>6.579.083,09</u>	<u>10.983.351,03</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



São Paulo Obras - SPObras

Demonstração dos resultados abrangentes (em Reais)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	6.579.083,09	10.983.351,03
Adições	-	-
Exclusões	-	-
Resultado abrangente total	<u>6.579.083,09</u>	<u>10.983.351,03</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.




São Paulo Obras - SPObras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (em Reais)

Em reais

	Capital social integralizado	Reservas de Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	9.428.773,00	9.507.304,37	18.936.077,37
Lucro Líquido do exercício	-	10.983.351,03	10.983.351,03
Dividendos propostos	-	(5.000.000,00)	(5.000.000,00)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	9.428.773,00	15.490.655,40	24.919.428,40
Lucro Líquido do exercício	-	6.579.083,09	6.579.083,09
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.428.773,00	22.069.738,49	31.498.511,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



8

São Paulo Obras - SPObras

Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em reais

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	<u>6.579.083,09</u>	<u>10.983.351,03</u>
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	232.178,99	208.127,24
Baixa de bens intangíveis	-	305.392,00
	<u>6.811.262,08</u>	<u>11.496.870,27</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Clientes	2.694.317,65	1.350.132,10
Outros créditos	18.787,25	(118.832,03)
Despesa antecipada	(225.176,19)	116,10
Fornecedores	(4.387.328,59)	(318.819,58)
Obrigações fiscais	(261.619,52)	1.243.065,82
Obrigações trabalhistas	598.781,75	422.718,80
Outras obrigações	(4.996.593,72)	5.008.377,10
Provisões	2.105.686,42	752.511,82
Operações urbanas	18.861,37	44.939,52
Outras obrigações - não circulante	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>2.376.978,50</u>	<u>19.881.079,92</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado	(578.589,91)	(41.156,94)
Aquisições de bens intangíveis	(27.400,00)	(3.910,00)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(605.989,91)</u>	<u>(45.066,94)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos propostos/a pagar	-	(5.000.000,00)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>-</u>	<u>(5.000.000,00)</u>
(=) Aumento (Redução) líquido de caixa	<u>1.770.988,59</u>	<u>14.836.012,98</u>
Caixa no início do período	28.916.173,85	14.080.160,87
Caixa no final do período	30.687.162,44	28.916.173,85
(=) Aumento (Redução) líquido de caixa	<u>1.770.988,59</u>	<u>14.836.012,98</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SÃO PAULO OBRAS - SPOBRAS

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

1. Contexto operacional

A São Paulo Obras - SPObras, é uma empresa pública de nacionalidade brasileira, organizada sob a forma de sociedade simples, nos termos dos artigos 997 a 1.038 do Código Civil Brasileiro, vinculada à Secretaria Municipal de Serviços e Obras – SMSO, regularmente autorizada a constituir-se pela Lei Municipal nº 15.056, de 8 de dezembro de 2009, regulamentada pelo decreto nº 51.415, de 16 de abril de 2010 que aprovou o Contrato Social da SPObras.

A SPObras é dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e capital exclusivamente público, tendo como objetivo executar programas, projetos e obras definidos pela Administração Municipal, compreendendo:

- 1) A prestação de serviços e a execução de obras para entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como para as entidades em que o Poder Público Municipal seja detentor da maioria do Capital Social;
- 2) A execução das obras definidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, nas áreas de abrangência das Operações Urbanas;
- 3) A implantação, manutenção, exploração, concessão e permissão do mobiliário urbano;
- 4) A licitação, a contratação, a supervisão e a fiscalização de concessão urbanística, nos termos da Lei nº 14.917, de 7 de maio de 2009.

A SPObras tem como principal sócia e cliente a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, sendo que seus recursos e atividades estão inseridos no Orçamento Municipal.

A SPObras é remunerada pela administração de obras ou serviços, conforme contratos firmados com as entidades contratantes. Os contratos podem ser de prestação de serviços de equipe técnica própria ou administração de obras de terceiros.

A SPObras é tributada pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social/Formação do Patrimônio de Servidor Público (PIS-PASEP). A Lei nº 15.402 de 06/07/2011 deu isenção, a partir da data de sua publicação, à SPObras, sobre o recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISSQN), incidente sobre faturamento realizado à Prefeitura do Município de São Paulo, ocorrendo a tributação apenas nos faturamentos realizados contra empresas privadas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da empresa autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 13 de março de 2017. Tais demonstrações foram elaboradas em observância às resoluções emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis emitidos, que incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

 
10

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

3. Principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui o caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata. As aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha, registradas pelo custo e acrescidas dos rendimentos auferidos, com risco insignificante de mudança de valor. A área financeira gerencia, diariamente, o fluxo de recebimentos e pagamentos, para definição dos montantes a serem aplicados em fundos de investimento ou mantidos disponíveis em conta corrente.

3.2 Contas a receber

Os valores relativos às Contas a receber (clientes) são lançados pelo valor presente. Os recebimentos provem das Secretarias Municipais da Prefeitura do Município de São Paulo, da SP-Urbanismo ou de Concessionárias de Mobiliário Urbano e são emitidos contra apresentação.

3.3 Investimentos

Representa a parcela de participação (0,47%) da SPObras no capital social da SP-Urbanismo conforme Contrato Social desta, sendo a última alteração ocorrida por conta da promulgação do Decreto nº 54.732, de 30 de dezembro de 2013.

O valor é mantido pelo seu valor histórico, devido à obrigatoriedade legal da empresa pública SP-Urbanismo poder ser em forma de sociedade. Tanto a SPObras como a SP-Urbanismo possuem como controlador o Município de São Paulo (administração direta) e os investimentos de uma empresa na outra não visam obter retorno.

3.4 Imobilizado

(a) Depreciação

Os bens são registrados pelo custo de aquisição, e a depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas (nota 9) que refletem a vida útil estimada dos bens.

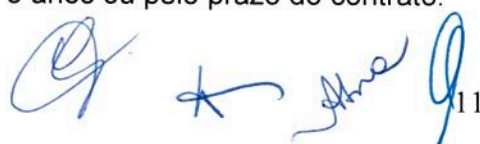
Em 19/10/2012, foi publicado o Decreto Municipal nº 53.484, com o Anexo: Tabela Padrão de Depreciação de Bens Móveis da Prefeitura do Município de São Paulo, mencionando as mesmas taxas utilizadas pela SPObras.

(b) Redução ao valor recuperável de ativos

Tendo em vista a reunião realizada pelas áreas técnicas em 09/11/2016, a administração avaliou os ativos registrados, na data base de 31 de outubro de 2016. Na observância dos dispositivos mencionados no CPC 01, a empresa considerou não ser necessário efetuar quaisquer alterações nos valores contábeis dos ativos, devido à inexistência de indícios de desvalorização. Foram mantidas as taxas de depreciação, de 10% a.a., para Móveis e Utensílios e 20% a.a., para os Equipamentos de Informática e Software.

3.5 Intangível

Representam os softwares adquiridos, amortizados por 5 anos ou pelo prazo do contrato.



11

SÃO PAULO OBRAS - SPOBRAS

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

3.6 Fornecedores

Representam os compromissos assumidos até a data do balanço, possuindo vencimentos no exercício subsequente.

3.7 Provisão para férias e encargos

Os valores foram constituídos pelos períodos proporcionais e vencidos, adicionados os encargos devidos até a data do balanço.

3.8 Ativos e Passivos não circulantes

Valores registrados pelo valor histórico, não havendo necessidade de ajustes a valor presente.

3.9 Provisão para contingências

Os critérios para reconhecimento, mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são:

- Contingências ativas: não são reconhecidas contabilmente, exceto se a empresa possuir segurança suficiente para estimativa e reconhecimento de valores a receber, com base em decisões judiciais transitadas em julgado, onde não cabem mais recursos pela parte contrária (desfavorável);
- Contingências passivas: A classificação é realizada com base em opinião de nosso departamento jurídico, respaldando a administração, da seguinte forma:
 - a) Provável: Quando a perda com saída de recursos for praticamente certa e com mensuração – neste caso, a administração constitui provisão;
 - b) Possível: Quando não se tem a suficiente segurança da saída de recursos ou quando não é possível mensurá-la – a administração efetua somente menção nas notas explicativas.
 - c) Remota: não é constituída provisão, e nem é realizada divulgação nas notas explicativas.

3.10 Imposto de Renda e Contribuição Social

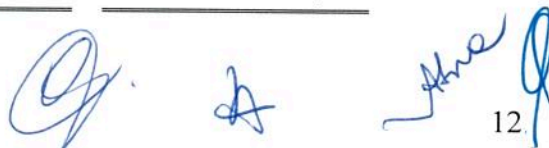
No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a SPObras apresentou resultado positivo e base para apuração dos respectivos tributos. Os recolhimentos foram realizados durante o exercício, pelo regime de estimativa ou suspensão/redução pelo lucro real.

3.11 Reconhecimento da receita e despesa

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência dos exercícios.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e Equivalentes de caixa	10.000,03	8.223,91
Aplicações financeiras	30.677.162,41	28.907.949,94
Total geral	30.687.162,44	28.916.173,85



SÃO PAULO OBRAS - SPOBRAS

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

5. Contas a receber

	2016	2015
Valores a receber – Reembolsáveis (ND)	0,00	2.954.908,43
Valores a receber – Receita (NFS-e)	5.368.561,48	2.868.751,10
Valores a cobrar – ND's a emitir	1.557.065,75	3.595.340,02
Valores a cobrar – NFS-e's a emitir	4.643.586,65	4.844.531,98
Total geral	11.569.213,88	14.263.531,53

- a. Os valores a receber por meio de ND – Nota de Débito: referem-se ao reembolso de empresas contratadas, incluído os impostos incidentes sobre a prestação dos serviços.
- b. Os valores a receber por meio de NFS-e: referem-se às receitas da SPObras derivadas da taxa de administração ou serviços de equipe própria.
- c. Valores a cobrar através de ND's: referem-se a valores a reembolsar junto às empresas contratadas (classificadas como Fornecedores).
- d. Valores a cobrar (através de NFS-e): referem-se às receitas lançadas pelo regime de competência, através da emissão de Medições, para posterior aprovação e emissão do faturamento correspondente.

Destacamos que a SPObras não possui faturas em aberto junto a seus clientes/contratantes acima de 60 dias, assim, a administração entende por não constituir Provisão para eventuais créditos de Liquidação Duvidosa. Historicamente, o prazo médio de recebimento junto aos clientes varia de 30 a 60 dias, além disso são raríssimos os cancelamentos de Notas Fiscais, por parte da empresa.

6. Outros créditos

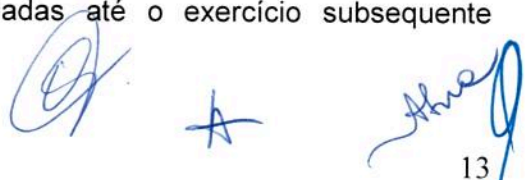
	2016	2015
Adiantamentos a Funcionários	100.065,23	236.613,94
Impostos a Recuperar	333.350,08	215.588,62
Outros	7.000,00	7.000,00
Total geral	440.415,31	459.202,56

- a. Adiantamentos a funcionários: referem-se a valores de férias a serem descontadas na folha de pagamento do mês subsequente, conforme o período de usufruto do direito.
- b. Impostos a Recuperar: relativos aos tributos contabilizados na emissão dos faturamentos, pela SPObras, mas ainda não retidos por terceiros, aguardando comprovação do recolhimento para compensação com os tributos a recolher.

7. Despesas antecipadas

	2016	2015
Despesas a apropriar	246.523,84	21.347,65
Total geral	246.523,84	21.347,65

Despesas pagas antecipadamente, e a serem apropriadas até o exercício subsequente conforme período de contrato e/ou vigência.



SÃO PAULO OBRAS - SPOBRAS

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

8. Investimentos

Refere-se à parcela de participação (0,47%) da SPObras no capital da empresa SP-Urbanismo, conforme Decreto nº 51.415, de 16/04/2010 e alterações posteriores. A última alteração foi em virtude do Decreto nº 54.732, de 30/12/2013.

9. Imobilizado

Descrição	Valor líquido em 2015	Aquisições deduzidas as baixas	Depreciações e amortizações	Valor líquido em 2016
Móveis e Utensílios	466.207,28	11.333,60	(78.355,25)	399.185,63
Equip.de Informática	67.209,61	567.256,31	(107.572,00)	526.893,92
	<u>533.416,89</u>	<u>578.589,91</u>	<u>(185.927,25)</u>	<u>926.079,55</u>

Descrição	Taxas de depreciação utilizadas
Móveis e utensílios	10% a.a
Equipamentos de informática	20% a.a

Os ativos classificados no imobilizado tratam se de mesas, cadeiras, armários de aço e planejados, e computadores (hardwares), sendo que no mês de novembro de 2016, a administração realizou inventário geral do patrimônio. Foram mantidos os saldos contábeis residuais dos bens, os quais não excedem seus valores recuperáveis, conforme testes realizados na ocasião.

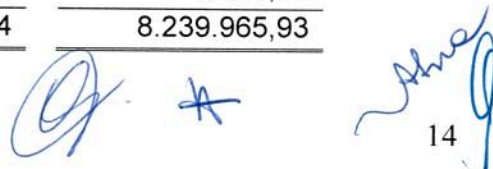
10. Intangível

Representado pela aquisição de licenças de uso de softwares, amortizados por 5 anos ou pelo prazo de vigência dos contratos.

Descrição	Valor líquido em 2015	Aquisições deduzidas as baixas	Depreciações e amortizações	Valor líquido em 2016
Sistemas de Informática (Softwares)	171.350,98	27.400,00	(46.251,74)	152.499,24
	<u>171.350,98</u>	<u>27.400,00</u>	<u>(46.251,74)</u>	<u>152.499,24</u>

11. Fornecedores

	2016	2015
Valores a pagar – Reemb.e Próprios	1.944.983,39	2.621.285,40
Valor a pagar – outros	104.763,69	569.179,39
Valores a pagar - Valores a Faturar	251.443,25	234.561,73
Valores a pagar – Reemb. a Emitir	1.542.597,68	4.807.991,67
Valores a pagar – SP-Urbanismo	8.849,33	6.947,74
Total geral	<u>3.852.637,34</u>	<u>8.239.965,93</u>



SÃO PAULO OBRAS - SPOBRAS

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

- a. Valores a pagar (Reembolsáveis e Próprios): Reembolsáveis correspondem aos valores que ainda serão recebidos pela SPObras por meio de Nota de débito, junto às Secretarias da Prefeitura do Município de São Paulo para posterior repasse aos contratados; as respectivas Notas de débitos estão contabilizadas no Contas a Receber – Valores Reembolsáveis, no Ativo Circulante (contrapartida da obrigação), próprios são despesas da entidade com vencimento após a data do balanço;
- b. Valores a Pagar/Valores a Faturar: são despesas próprias a pagar, ainda não faturadas junto ao Contratante (municipalidade), escrituradas pelo regime de competência;
- c. Valores a pagar – Reembolsos a Emitir: correspondem a valores registrados conforme competência e ainda não faturados junto ao contratante (contrapartida registrada em Clientes, no Ativo Circulante).

12. Obrigações fiscais

	2016	2015
Valores a pagar – Retidos de terceiros	210.897,01	272.229,13
Valores a pagar – Próprios	3.287.263,17	3.487.550,57
Total geral	3.498.160,18	3.759.779,70

- a. Tributos - retidos de terceiros: correspondentes à prestação de serviços, como o IRRF, COFINS, PIS, CSLL, ISS e INSS;
- b. Tributos – próprios: calculados sobre o faturamento e lucro do exercício, como o PIS/PASEP, Cofins, IRPJ e CSLL.
- c. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro líquido foram calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes nas demonstrações de resultados. A SPObras optou pela tributação do Lucro Real, por estimativa mensal, na forma de suspensão ou redução, no caso a que for mais vantajosa.

	2016	2015
Lucro do Exercício	10.889.845,04	16.816.677,72
Adições	2.117.108,24	751.553,84
Exclusões	0,00	0,00
CSLL	1.161.065,35	1.570.678,20
IRPJ	3.149.696,60	4.262,648,49

13. Obrigações trabalhistas

	2016	2015
Valores a pagar – Salários	19.040,00	15.645,03
Valores a pagar – Encargos	1.002.557,70	684.170,43
Valores a pagar – Outros	738.067,67	461.068,16
Total geral	1.759.665,37	1.160.883,62

SÃO PAULO OBRAS - SPOBRAS

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

- a. Valores a pagar – Encargos: referem se, basicamente, ao IRRF, INSS e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento de dezembro, dos funcionários, os quais são recolhidos em mês subsequente.
- b. Valores a pagar – Outros: incluso o montante de R\$ 449.514,72, relativo ao Programa de Metas e Resultados (PMR), o qual será liquidado junto aos empregados, em observância ao Acordo Coletivo da Categoria os quais os funcionários estão enquadrados, embasado também na Norma Administrativa – NA nº 028.01.

14. Outras obrigações

	2016	2015
Cauções de terceiros	45.913,57	42.507,29
Dividendos propostos/a pagar	0,00	5.000.000,00
Total geral	45.913,57	5.042.507,29

15. Provisões

	2016	2015
Provisão para Férias e encargos	2.047.310,09	1.951.420,65
Provisão para Contingências	2.339.707,30	329.910,32
Total geral	4.387.017,39	2.281.330,97

- a. Provisão para Férias e encargos: representam as obrigações com férias, acrescido do 1/3 e encargos sociais e previdenciários (FGTS e INSS), devidos aos empregados até a data do balanço.
- b. Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis: a empresa constituiu Provisão para 3 (três) processos de natureza cível e 1 (hum) processo de natureza trabalhista (nota nº 17).

16. Operações Urbanas

Os valores referentes às disponibilidades, contas a receber, fornecedores, impostos e resultado são controladas em rubricas distintas devido aos recursos serem vinculados, relativos às Operações Urbanas (nota nº 20).

ATIVO		PASSIVO	
Disponibilidades	1.217.573,46	Fornecedores	2.469.043,27
Contas a Receber	1.542.597,68	Impostos	159.620,95
		Saldo	131.506,92
	2.760.171,14		2.760.171,14

17. Contingências

A SPObras é parte passiva em processos cíveis e civis públicos, decorrentes de contratos de Obras celebrados junto à municipalidade e de Operações Urbanas. Existem 03 (três) litígios

SÃO PAULO OBRAS - SPOBRAS

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

classificados como de perda provável pelo departamento jurídico, conforme demonstramos abaixo, e para os quais a empresa constituiu provisão contábil para perdas.

A empresa também é parte passiva em 1 (hum) processo de natureza trabalhista, tendo constituído provisão para perdas de R\$ 37.919,26, conforme posição do departamento jurídico, o qual classificou o como de perda provável.

A SPObras efetua acompanhamento periódico do andamento dos processos, avaliando e reconhecendo as mudanças nos estágios dos respectivos litígios.

Processos judiciais	Valores atualizados
0048380-46.2010.8.26.0053	1.693.500,88
1007380-10.2014.8.26.0053	278.376,84
0017375-98.2013.8.26.0053	329.910,32
00000819.2015.5.02.055	37.919,26
Total das ações provisionadas	2.339.707,30

A empresa possui ainda 03 (três) processos cíveis classificados pelo departamento jurídico como de perda possível, totalizando R\$ 7.957.593,67. As referidas ações possuem seus valores corrigidos pela Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJESP.

18. Capital social

O valor do capital social da SPObras está definido na cláusula 6ª do Contrato Social (Anexo II do Decreto nº 51.415, de 16 de abril de 2010 e alterado por incorporações de Adiantamentos para futuro Aumento de Capital posteriores). A última alteração se deu através do Decreto nº 54.604, de 21 de novembro de 2013. A atual distribuição do capital é a seguinte:

Sócia	Porcentagem (%)	Valor subscrito	Valor a ser integralizado	Valor integralizado
PMSP	99,11	9.345.228,00	0,00	9.345.228,00
SP-URBANISMO	0,89	83.545,00	0,00	83.545,00
Total	100	9.428.773,00		9.428.773,00

19. Partes relacionadas

Em cumprimento ao Pronunciamento contábil - CPC 05, a SPObras declara que possuía, na data do balanço, operações com características de partes relacionadas:

- A Prefeitura do Município de São Paulo PMSP, detentora de 99,11% do capital social, é seu principal cliente;
- Remuneração paga aos administradores, incluindo diretores, conselheiros fiscais e administrativos (nota nº 23).



SÃO PAULO OBRAS - SPOBRAS

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

20. Receita Operacional Bruta

Prestação de serviços	2016
Equipe interna	12.671.523,51
Taxa de administração – Operação Urbana	21.425.026,98
Taxa sobre Leilão - CEPAC	157.070,79
Mobiliário Urbano - Abrigos	7.131.540,07
Mobiliário Urbano - Relógios	5.925.420,00
Mobiliário Urbano - Outros	10.367,69
Total	47.320.949,04

Equipe Interna

Provenientes de serviços realizados pela equipe interna da SPObras na fiscalização de obras realizadas por Secretarias Municipais bem como de apoio técnico à Secretaria Municipal de Serviços e Obras (SMSO).

Operações Urbanas

As operações urbanas visam promover melhorias em regiões pré-determinadas da cidade, por meio de parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada. Para cada área - objeto de Operação Urbana – existe uma Lei ou Decreto Municipal estabelecendo as metas a serem cumpridas, bem como os mecanismos de captação de recursos, de incentivos, benefícios e percentuais de remuneração.

Operação Urbana Centro: Lei nº 12.349 de 06/06/1997;

Operação Urbana Consorciada Água Branca: Lei nº 11.774 de 18/05/1995 e Lei nº 15.893 de 07/11/2013;

Operação Urbana Consorciada Faria Lima: Lei nº 13.769 de 26/01/2001, Lei nº 13.871 de 08/07/2004, Lei nº 15.519 de 29/12/2011, Lei nº 16.050 de 31/07/2014 e Lei nº 16.242 de 31/07/2015.

Operação Urbana Consorciada Água Espraiada: Lei nº 13.260 de 28/12/2001, Lei nº 15.416 de 22/07/2011 e Lei nº 15.519 de 29/12/2011.

Leilão CEPAC

Os CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção) são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura do Município de São Paulo através da SP URBANISMO, utilizados como meio de pagamento de contrapartida para a outorga de Direito Urbanístico Adicional, dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Cada CEPAC equivale a determinado valor de m2 para utilização em área adicional de construção, ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto. A SPObras é remunerada por um percentual estabelecido na legislação pertinente, no âmbito das operações urbanas Água Espraiada e Faria Lima.



SÃO PAULO OBRAS - SPOBRAS

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

Mobiliário Urbano

A SPObras é remunerada pelos serviços prestados relativos ao planejamento, implementação, gestão e fiscalização das concessões dos serviços públicos aprovadas pela Lei nº 15.465, de 18 de outubro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 52.933, de 19 de janeiro de 2012, relativos aos abrigos de ônibus e Relógios digitais.

21. Custos e Despesas

A empresa optou por apresentar a Demonstração de Resultado por função, apresentando a seguir o detalhamento por natureza:

Por função Por Natureza	Custos dos serviços prestados		Despesas gerais e adm.		Totais	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Salários, encargos e benefícios	18.877.597,16	10.798.475,40	10.351.653,08	13.037.534,26	29.229.250,24	23.836.009,66
Aluguéis e condomínios	552.399,87	518.600,18	434.028,72	407.471,61	986.428,59	926.071,79
Serviços de terceiros	1.765.437,86	1.513.510,51	707.485,66	697.404,29	2.472.923,52	2.210.914,80
Despesas gerais	331.106,50	265.219,66	229.152,24	320.799,74	560.258,74	586.019,40
Impostos e taxas	8.479,81	11.996,17	171.201,30	79.095,76	179.681,11	91.091,93
Totais	21.535.021,20	13.107.801,92	11.893.521,00	14.542.305,66	33.428.542,20	27.650.107,58

22. Seguros

A empresa possui a política de reembolsar o proprietário do imóvel, o qual está localizada a sede da empresa, pelo seguro contratado, em montantes julgados suficientes para cobertura no caso de eventuais sinistros.

23. Remuneração paga aos administradores

Em atendimento a Lei 13.303/16 e CPC 26, segue os montantes pagos aos administradores da SPObras, no exercício de 2016:

	2016	2015
Diretoria	705.010,51	646.695,39
Conselho de Administração	708.000,00	696.000,00
Conselho Fiscal	180.000,00	177.000,00
TOTAL	1.593.010,51	1.519.695,39



**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis dos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Em reais)

24. Derivativos

Em 31 de dezembro de 2016, a empresa não possuía operações caracterizadas como instrumentos financeiros derivativos, em observância aos Pronunciamentos contábeis CPC nº 39 e 40.


25. Eventos subsequentes

Não temos conhecimento de eventos subsequentes entre a data das demonstrações contábeis e a data de conclusão e aprovação pela administração, que venham a requerer ajustes nos saldos contábeis, decorrente de receitas e despesas de competência do exercício de 2016, e que poderiam afetar significativamente as referidas demonstrações contábeis.


Roberto Nami Garibe Filho
Presidente


Osmar Henrique Costa Parra
Diretor de Gestão Corporativa


Adão Borges Vasconcelos
Gerente Financeiro


Adriana Nunes C. Corrêa
Contadora CRC 1SP 162.925/O-6